

Pelos professores, pelos alunos

O ANO DE DOIS MIL E CINCO MARCOU, PARA SEMPRE, A CARREIRA DOCENTE. SE ATÉ ENTÃO SER PROFESSOR ERA DAS PROFISSÕES MAIS PROMISSORAS, APÓS O FATÍDICO ANO DEIXOU DE SER ASSIM. CONGELAMENTO DE CARREIRAS, BUROCRACIA EM EXCESSO PARA A SUBIDA DE ESCALÃO, CORTES NOS SALÁRIOS SERVIRAM PARA DESMOTIVAR ESTA CLASSE QUE TEM A CARGO O FUTURO DO PAÍS. EM ENTREVISTA AO PAÍS POSITIVO, O SECRETÁRIO-GERAL DO SINDEP — SINDICATO NACIONAL E DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES, JOÃO RIOS, FALA SOBRE “O ATAQUE AOS DOCENTES”, EXPLICA AS REIVINDICAÇÕES, APRESENTANDO TAMBÉM ALGUMAS SOLUÇÕES.

Há dez anos atrás iniciou-se uma desvalorização da carreira docente. Se outrora tínhamos professores e candidatos a docentes entusiasmados, nos dias que correm o panorama é completamente diferente. Hoje vemos professores desmotivados, frustrados, inseguros, lamentando o estado a que se chegou. Porém, não baixam os braços, reivindicando os seus direitos, sem nunca esquecer os seus deveres.

PROGRESSÃO NA CARREIRA

Para o nosso entrevistado “é necessário que a sociedade entenda que os professores são avaliadores e para serem avaliados é necessário que o sistema seja credível”. A avaliação implementada a partir de dois mil e sete visava rebaixar os docentes, com um sistema burocrático e inconsequente. As mudanças foram muito bruscas e injustificadas e, na prática, não se avaliava nada, apenas se aumentava a burocracia, roubando horas de trabalho aos docentes e afastando-os da sua principal função que é ensinar e avaliar alunos.

No segundo Governo de Sócrates foi explicado aos professores que, devido à falta de dinheiro, os docentes não poderiam progredir de acordo com o que estava legalmente definido no respetivo estatuto. Em dois mil e dez, ainda houve algumas subidas de escalão, mas depois congelou tudo, contagem de tempo de serviço e progressão na carreira. “Existem professores com dezassete anos de serviço que estão no segundo escalão, quando de acordo com o estatuto deveriam estar no quarto escalão da carreira, o que significa que, numa carreira de 34 anos, independentemente de avaliações, nunca chegarão ao seu topo, quando muito apenas aos escalões intermédios, nem que sejam os melhores professores de sempre. Já agora, não há um único docente no último escalão da carreira docente”.

O governo PSD/CDS em funções nos anos 2011/2015 promoveu algumas alterações ao nível da carreira, avaliação de desempenho e regras de progressão mas sem qualquer efeito prático uma vez que o congelamento da carreira persistiu.

OS CORTES SALARIAIS

Longe vão os dias em que os professores eram realmente recompensados pelo seu trabalho, em termos materiais e de reconhecimento social. Para

além do congelamento da carreira, esta classe tem ainda que lidar com os cortes avultados no seu salário, acrescidos de todos os impostos, muito agravados na última legislatura. “A tabela que está disponível indica o ordenado que era suposto recebermos. Com todos os congelamentos, cortes e sobretaxas, recebemos menos de metade do que está estipulado, sem esquecer que o congelamento mantém os docentes em escalões inferiores aos que o estatuto determina”, explica o nosso entrevistado.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

E enquanto os professores, tal como a generalidade dos trabalhadores, viram a sua idade da reforma aumentar para idades claramente incompatíveis com o exercício diário da função docente, nem sequer viram reconhecido o direito constitucional à vigilância da saúde no local de trabalho. “De facto a maioria dos professores trabalha em instalações que se pertencessem ao setor privado seriam fechadas pela Inspeção do Trabalho, sem quaisquer inspeções médicas periódicas como as que são exigidas no setor privado, sujeitos a agressões verbais e físicas que passam na maioria dos casos impunes, sem que o Estado qualifique esses crimes por serem cometidos contra agentes do Estado no desempenho das suas funções e sujeitos a doenças profissionais cujo reconhecimento (raríssimo) só é obtido após uma longa via-sacra em que muitos, até por força da doença que os mina, desistem de obter esse reconhecimento.”

“OS CONCURSOS DA CUNHA”

Nos tempos áureos da classe docente, o professor era colocado nas escolas devido ao seu mérito. Ou seja, o que contava era a sua média académica e tempo de serviço prestado. “Hoje, os concursos internos / externos e de contratação inicial mantêm esse mesmo princípio, mas as escolas TEIP (território educativo de intervenção prioritária) e com autonomia foram excluídas desse critério, o que não aceitamos porque não compreendemos o porquê desta discriminação negativa. Assim, no concurso de contratação de escola, que envolve as escolas TEIP e com autonomia, atrás referidas, e a Bolsa de Contratação de Escola (BCE), tudo é diferente não se percebendo porquê”. A classificação académica passa a valer apenas cinquenta por cento para a

colocação. O resto são critérios definidos pelas escolas, na sua quase totalidade, completamente incompreensíveis e inconsequentes. Para João Rios “este método é injusto, porque, infelizmente, existem critérios rocambolescos que servem, apenas e só, para favorecer alguém. Por exemplo, o docente ter ou não ter carta de condução ou já ter lecionado numa escola do mesmo tipo”.

Com Nuno Crato tentou-se acabar com os favorecimentos na colocação, no entanto não o fizeram da melhor forma. Criaram uma lista de critérios que não poderiam ser utilizados, mas mantendo o mesmo modelo autónomo, o que só contribui para atrasar a colocação dos docentes nesta fase e “onde nos três critérios obrigatoriamente utilizados (avaliação de desempenho, experiência profissional e habilitações/formação complementar) é possível gerir o valor das ponderações a utilizar bem como os parâmetros de avaliação que continuam a propiciar listas ordenadas ajustadas a desígnios nem sempre transparentes e justos”.

Para o secretário-geral do Sindep só há uma solução para este problema: “a criação de uma lista nacional de colocação como existe para o concurso de contratação inicial/reserva de recrutamento, válida para todo o ano letivo e permanentemente atualizada. O facto de não existir uma lista nacional faz com que as escolas se vejam aflitas no preenchimento das vagas visto que têm de entrevistar/selecionar um número exagerado de candidatos, quando poderiam limitar-se a solicitar aos serviços do MEC a indicação do respetivo docente com base na tal lista nacional. Quanto mais simples melhor. Ainda ninguém me provou que existe um sistema melhor que o da graduação profissional”, remata.

AUTONOMIA DAS ESCOLAS

Esta é a denominada “vaca sagrada”, pelo nosso interlocutor. Este questiona a existência de uma autonomia dos estabelecimentos de ensino visto que são, financeiramente dependentes e os seus órgãos de gestão meros executores das decisões das estruturas do Ministério da Educação. As notas informativas, outrora circulares, elevam à minudência as diretivas às escolas.

MUNICIPALIZAÇÃO

A distribuição de competências entre municípios e estruturas do ME contribuirá de forma definitiva para o fim de qualquer expectativa de autonomia das escolas. “Acentuar-se-ão os problemas já sentidos no funcionamento dos Conselhos Gerais e definitivamente as escolas passarão a responder a dois centros de poder, o autárquico e o centralizado no ME. Acentuar-se-ão, teme-se, as desigualdades entre escolas decorrentes das assimetrias municipais. A escola deve, pelo contrário, contribuir para o esbatimento dessas assimetrias e promover a coesão nacional”, afirma João Rios.



JOÃO RIOS

Secretário-geral do Sindep

MEGA-AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

Mais uma medida oriunda do governo de José Sócrates, e prosseguida pelo governo PSD/CDS que lhe sucedeu, testada e abandonada em vários países, a favor de uma gestão de proximidade, mas que se mantém e que para além dos graves problemas de gestão que coloca, obriga a que muitos docentes se tenham de deslocar entre várias escolas desse agrupamento sem serem ressarcidos das despesas de deslocação e tempo de serviço gasto nessas deslocações.

PACC – PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E CAPACIDADES

Esta prova causou a indignação nos professores, isto porque, de certa forma, acaba por rebaixar a classe. O nosso entrevistado confessa que “este mecanismo de avaliação acaba até por desvalorizar os cursos que são aprovados pelo Estado para a formação de docentes. O Estado reconhece os cursos e as escolas que o ministram mas depois implementa um exame que traduz uma manifesta desconfiança na qualidade desses cursos e nas classificações atribuídas”. O secretário-geral admite que “haja algum tipo de controlo e harmonização das classificações mas isso terá de ocorrer durante o percurso académico e não após a atribuição dos diplomas profissionais. Esta prova deve terminar já!”

UMA ORDEM DOS PROFESSORES SERIA VIÁVEL?

A Legislação que preside à constituição e reconhecimento das Associações Públicas profissionais (Lei 2/2013) prevê que a criação de Ordens é excepcional e apenas nos casos em que “ (...) Visar a tutela de um interesse público de especial relevo que o Estado não possa assegurar diretamente (...)”. A atividade docente é regida pelos Estatutos da Carreira Docente e Disciplinar da Função Pública. Para João Rios, “a criação de uma ordem de professores seria apenas mais uma maneira de criar conflitos entre os mecanismos existentes e que necessariamente prejudicariam os professores por a ordem se constituir em mais um mecanismo de tutela e num acréscimo de despesa. Uma ordem de professores também pressupõe a exclusão dos educadores de infância. Nada justifica a criação de uma ordem de professores”.